

Descolonizando a teoria da história – uma leitura de *A pós colonialidade e o artifício da história* de
Dipesh Chakrabarty

SOUSA, Erahsto Felício de
Orientadora: Profa. Dra. Edilece Couto
Email: arahsto@yahoo.com.br

não Arthur, você continua pensando como
colonizado, ninguém vai comandar Cuba.
Ernesto Che Guevara¹

Olhemos nossas notas de rodapé e nossas bibliografias enquanto historiadores. Separemos os autores artificialmente em conteúdos históricos e conteúdos ditos teóricos – aqueles que usamos como suporte conceitual. Agora paremos e nos perguntemos: quantos dentre os teóricos são europeus? Quantos destes são brasileiros ou não europeus ou não estadunidenses?

Outro exercício: separemos nossas bibliotecas. Quantos dos livros não europeus nós chamamos de teóricos? Quantos livros de conteúdo histórico da Europa nos parecem imprescindíveis para entender a história (enquanto disciplina)? Quantos livros de autores brasileiros nos fundamentam teoricamente? E dentre estes quantos não só estão se esforçando para nos explicar teóricos europeus?

Este leque de perguntas podem revelar, sobremaneira, o quanto nossa prática historiográfica está colonizada. Ou melhor, o quanto estamos dependentes da importação de um produto tão bem trabalhado e com valor tão agregado, como a teoria, para produzir nossas histórias. Como na divisão internacional do trabalho, parece que no mercado da história coube aos europeus produzirem teoria (produto fino, cultura, arte trabalhada, pensamento passado em muitas linhas de montagem da crítica) e a nós, subalternizados, produzirmos matérias-primas para a história universal, ou melhor narrativas interpretativas – ainda que ocidentalizadas – de fatos ocorridos. Como romper criticamente com este horizonte colonial? Retomemos à frase atribuída à Che que abriu este artigo. Nesta proponho que no lugar de “Arthur” se leia historiador subdesenvolvido e no lugar de “Cuba” se leia história. É preciso entender este regime de colonialidade para, então, propor alternativas.

O texto a qual pretendo estabelecer uma leitura reflexiva, *A pós-colonialidade e o artifício da*

¹ Frase atribuída a Ernesto Che Guevara, onde ele teria expressado à um dos guerrilheiros de Sierra Maestra, Arthur, quando este teria afirmado que ser governado pela URSS era melhor que ser governado pelo EUA. Filme *Che – o argentino*. 1h18'01".

*história: quem fala em nome dos passados “indiano”?*², foi escrito pelo historiador indiano Dipesh Chakrabarty. Este texto, publicado na revista *Representations* pela editora da Universidade da Califórnia, busca refletir o problema dos indianos se representarem na história acadêmica, uma vez que nesta a “Europa’ continua sendo o sujeito soberano, teórico, de todas as histórias, incluindo as que chamamos ‘indianas’, ‘chinesas’, ‘quenianas’, etc’³. Membro do grupo de historiadores (inicialmente) indianos conhecido como *Subaltern Studies*, Chakrabarty participou do movimento de renovação historiográfica e conceitual na Índia, iniciado com o volume 1 da revista homônima ao grupo, publicada em 1982. Este grupo, liderados pelo professor de história Renajit Guha, tratava de revisar tanto a historiografia marxista como tradicionalista (nacionalista) indiana. Acusava ambas de serem elitistas e de retirarem da história os grupos subalternos⁴. Em entrevista, certa vez, Chakrabarty afirmava que

Os *Subaltern Studies* se apresentaram com o objetivo de produzir análises históricas dentro das quais esses grupos subalternos eram precisamente considerados como os sujeitos centrais da história. Todos nós éramos de esquerda, e havíamos tomado o termo *subalterno* das leituras do marxista italiano Antonio Gramsci. De modo que preferíamos este termo ao de “classe”, porque em nossos textos falávamos de pessoas que não somente eram parte das classes economicamente inferiores, mas também de pessoas que em sua vida cotidiana se encontravam submetidas a relações diretas de dominação e subordinação.⁵

Esta agência destes historiadores indianos passou de uma revisão historiográfica, ainda no campo da história social (com ampla referência aos historiadores sociais britânicos), à uma luta pelo descentramento teórico da história. A partir daí a alcunha pós-colonial e até pós-moderno se tornou comum próximas aos nomes de *Subaltern Studies*. Tal descentramento visava sobretudo repensar conceitos tomados como universais pela disciplina histórica – e por outras ciências – e localizá-los em seu tempo e lugar. Mais do que isso, tratava-se também de travar uma certa luta contra uma colonialidade que a todo momento parece submeter as narrativas periféricas às narrativas europeias. Trazer este debate, assim, se mostra salutar para uma auto-crítica, a nível conceitual, de nossas dependências e de nossos marasmos políticos no fazer da história.

O termo “subalterno” buscava propor um alargamento da noção de dominação de classe e localizar politicamente o lugar do subordinado, como lugar do poder. Renajit Guha, professor que inspirou aquele grupo, assim explicava o uso do termo no primeiro volume da revista *Subaltern Studies*:

A palavra 'subalterno' do título TEM O SIGNIFICADO QUE O *Concise Oxford Dictionary* lhe dá, quer dizer, de 'lugar inferior'. Será utilizada nestas páginas como denominação do

2 CHAKRABARTY, Dipesh. Postcoloniality and the Artifice of History: Who Speaks for "Indian" Pasts?. In: **Representations**, No. 37, Special Issue: Imperial Fantasies and Postcolonial Histories. (Winter, 1992), pp. 1-26. Nas citações ao longo do texto irei usar a tradução que tenho elaborado junto com alguns companheiros acadêmicos.

3 Ibidem, p. 01.

4 GUHA, Renajit (editor). **Subaltern Studies I**. Writings on South Asian History and Society. Delhi: Oxford University Press, 1996 [1982].

5 CHAKRABARTY, Dipesh. Entrevista com Dipesh Chakrabarty: ¿Qué historia hacer para los sectores dominados?. In: **Contrahistorias**. Nº 12. Ciudad de México: 2009.

atributo geral de subordinação na sociedade sul-asiática, seja expressado em termos de classe, de casta, idade, gênero, ocupação ou qualquer outra forma.⁶

A subordinação, então, devia ser localizada através da investigação das relações de poder. Por outro lado o termo “subalterno” tinha origem nos escritos do marxista italiano Antonio Gramsci.

Comentando a importância do grupo *Subaltern Studies*, o palestino Edward Said afirmava que

os ecos desta palavra, *subalterno*, derivam do uso que Gramsci faz dela em seus *Cadernos do cárcere*, onde, o sempre astuto analista político e gênio teórico, mostra como, ali onde existe a história, existem também as classes, e por tanto a essência do histórico é o amplo e extraordinariamente variado intercâmbio sociocultural entre os governantes e os governados, entre a elite, os dominantes ou a classe hegemônica, e os subalternos e, como Gramsci a chama, a classe emergente da ampla massa do povo governada pela coerção ou, em ocasiões, principalmente pela dominação ideológica proveniente de cima.⁷

A evolução do grupo trouxe a crítica que outrora era realizada no nível da produção de uma outra história, crítica à dominação, mas que ressaltava as experiências dos subordinados, para uma crítica da própria concepção de história. Houve, desde então, uma influência notável dos escritos dos historiadores subalternistas em setores pós-coloniais da crítica literária, da educação, da antropologia e etc, no Brasil e em outros países⁸. Esta influência é caracterizada sobretudo por uma auto-crítica no nível da própria disciplina de estudo. Na história não foi diferente, e o texto de Chakrabarty talvez seja uma das mais notáveis críticas sobre a relação de poder na própria disciplina histórica.

Apontamentos críticos

A “Europa” e a “Índia” (enquanto conceitos) de Chakrabarty são sujeitos hiperreais, figuras da imaginação, cujo referente geográfico é em parte indeterminado – que enquanto noção homogeneizadora se desfazem à menor análise – mas que devem funcionar como binômio da subordinação e da dominação em seu texto.⁹ Entretanto ele usa tais sujeitos hiperreais por entender que mesmo alcançando a consciência crítica destes, eles não se desfazem como fenômenos vividos nas relações cotidianas¹⁰. Isto é o que equivale dizer que por mais que Durval Muniz de Albuquerque Júnior nos tenha persuadido da invenção do nordeste, o estereótipo, o preconceito, a

6 GUHA, Ranajit. **Subaltern Studies I**. Writings on South Asian History and Society. Delhi: Oxford University Press, 1996, prefácio. Eu traduzi as citações de obras de outros idiomas.

7 SAID, Edward. Sobre la corriente de los Subaltern Studies. In: **Contrahistorias** (revista). Ciudad de México: 2009.

8 Ver BHABHA, Homi K.. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998; AZIBEIRO, Nadir Esperança. Educação e Intercultura na Comunidade Nova Esperança. In: FLEURI, R.(org). **Intercultura: Estudos Emergentes**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001; CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 7, n. 15, julho de 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ha/v7n15/v7n15a05.pdf>.

9 Ibidem.

10 Ibidem, p. 02.

categorização deste não se desfez por conta desta nossa consciência.¹¹ Este binômio Europa/Índia seve em seu texto para demonstrar a condição de subalternidade das histórias indianas (ou subalternizadas), de modo a existir “uma peculiar maneira na qual todas estas outras histórias tendem a se voltar para uma variação de uma narração mestra que poderia se chamar 'a história de Europa'”¹²

Dois são os sintomas ressaltados por Chakrabarty a respeito da subalternidade das histórias não ocidentais. Em ambos sintomas, poderíamos notar como prova desta subordinação, o fato destas histórias não ocidentais estarem sempre com suas *balanças comerciais desfavoráveis*, em relação à “história de Europa”. Observemos o que afirma o historiador indiano a respeito do primeiro sintoma:

Os historiadores do Terceiro Mundo sentem uma necessidade de se referir às obras de história europeia; por seu turno, os historiadores da Europa não sentem a obrigação de corresponder. Seja um Edward Thompson, um Le Roy Ladurie, um George Duby, um Carlo Ginzburg, um Lawrence Stone, um Robert Darnton ou uma Natalie Davies – para citar só alguns nomes ao azar de nosso mundo contemporâneo –, os “grandes” e os modelos do ofício do historiador são sempre, pelo menos, culturalmente “europeus”.¹³

Não precisaria citar exemplos de nossa “necessidade” em citar os historiadores europeus, seria como manobrar o óbvio. Mas um caso bastante interessante da não correspondência deste gesto está no belíssimo livro de Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano I: artes de fazer* (Vozes, 1994). No segundo capítulo desta obra, o jesuíta francês dedica um tópico de seu estudo sobre culturas populares à análise que fez sobre a experiência da crença popular no Brasil. Mesmo dedicando um curto espaço para este debate, Certeau cita apenas uma tese defendida fora do Brasil sobre o sertão brasileiro e um *Dicionário de termos e expressões populares* para discutir a “arte” de usar as imposições do poder contra ele mesmo¹⁴. Ainda que parte do conhecimento sobre a religiosidade popular do camponês brasileiro tenha chegado à Certeau através de um seminário que ele mesmo organizou nestas terras, ele parece não ter sentido a necessidade de recorrer ou de se debruçar numa análise de obras escrita por brasileiros sobre religiosidade ou sobre o campesinato neste país. Entretanto, nota-se em seu livro uma grande preocupação em citar as obras e autores europeus para formular sua teoria sobre o homem ordinário e suas astúcias.

Nos pareceria, entretanto, bastante estranho que um historiador brasileiro pesquisasse a vida de moleiros ou da perseguição inquisitorial na Itália e sequer citasse Carlo Ginzburg¹⁵. A não correspondência de Certeau, entretanto não soou estranha e nem mesmo parece ter tornado o seu argumento mais frágil. Como afirma o próprio Chakrabarty, os teóricos europeus

11 ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

12 CHAKRABARTY, op. cit., p. 01.

13 Ibidem, p. 02.

14 CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 76-79.

15 GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

produzem sua obra em uma relativa ignorância das histórias não ocidentais e isto não parece afetar a qualidade de seu trabalho. Este é um gesto, entretanto, que “nós” não podemos corresponder. Nem sequer podemos nos permitir uma igualdade ou simetria de ignorância neste nível sem correr o risco de parecer “antiquados” ou “superados”.¹⁶

Não se trata de buscar um reajuste desta balança tão desfavorável aos historiadores do Terceiro Mundo. Nem tampouco de concluir que os historiadores europeus (ou culturalmente europeus) são orgulhosos e vaidosos de mais para citar-nos. Trata-se de perceber a profundidade da subalternidade de nossas histórias. Trata-se de perceber o paradoxo que esta subalternidade produz.

Conhecemos de há muito que muitos filósofos, pensadores, teóricos, historiadores, cientistas sociais, têm produzido já há várias gerações, teorias, modelos interpretativos e esquemas conceituais que abarcam toda a humanidade. Só da parte de historiadores ou teóricos que comumente usamos poderíamos citar alguns exemplos: o costume como legitimador de práticas e direitos (Thompson)¹⁷, as representações sociais (Roger Chartier)¹⁸, a ideia de poder simbólico (Pierre Bourdieu)¹⁹ ou a concepção de discurso como poder e controle (Michel Foucault)²⁰. Como alguns destes próprios teóricos admitem, estas proposições dependem e são limitadas pela própria experiência e lugar social em que estes teóricos viveram ou estudaram. Para Certeau, por exemplo, “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural”, de modo a ser em função deste lugar social que se “instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam”²¹. Deste modo, é presumível que as teorias e os conceitos possuem lugares (e tempos) e são conformados pela experiência de vida e pesquisa do próprio autor, bem como da realidade histórica do objeto. Contudo, em todos os casos acima mencionados, poder-se-ia dizer que aqueles conceitos foram produzidos, nos termos de Chakrabarty, “em uma ignorância relativa, e em ocasiões absoluta, da maior parte da humanidade – ou seja, os que vivem em culturas não ocidentais”. E isto não parece em nada afetar a nós que os usamos. Este é o segundo sintoma de nossa subalternidade:

O paradoxo cotidiano da ciência social do Terceiro Mundo é que para nós estas teorias nos parecem, apesar de sua ignorância inerente de “nós”, eminentemente úteis para entender nossas sociedades. Quem permitiu aos modernos sábios europeus desenvolver semelhante clarividência a respeito de sociedades que ignoravam empiricamente? Por quê nós, novamente, não podemos corresponder a este gesto?²²

16 CHAKRABARTY, op. cit., p. 02.

17 THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13-24.

18 CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-27. Ainda que Chartier não se dedique em suas pesquisas a utilizar este conceito, utilizando mais a noção de apropriação, sua formulação sobre representação se tornou a mais comumente utilizada.

19 BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. **O poder simbólico**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 07-15.

20 FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso** – Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

21 CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 66-67.

22 CHAKRABARTY, op. cit., p. 02.

Um outro sintoma desta colonialidade, não explicitado por Chakrabarty, é o fato de no exercício do aprendizado da história, muitos de nós tentamos provar que categorias utilizadas por “teóricos” europeus existem em nossas pesquisas. E citamos exemplos de figuras (Nobert Elias), ou astúcias (Michel de Certeau) – para citar apenas alguns exemplos colhidos ao acaso. O problema é que esta prática passa de sua intenção pedagógica – testar nosso conhecimento sobre esses teóricos e exercitá-los em nossas pesquisas empíricas, sobretudo quando somos estudantes – para uma necessidade quase transcendental, citá-los como se estivéssemos nos incluindo em seus leques conceituais ou como quem busca provar que suas teorias se aplicam para além de seus esquemas empíricos. Para alguns soou com alguma estranheza, talvez porque conhecesse o texto de Thompson, “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”²³, saber que em Itabuna na década de 1950 quem reivindicava a noção de preço justo, a prática de fixação de preços, o repúdio aos atravessadores e a crítica ao livre mercado, invés de serem os pobres, eram as classes hegemônicas e seus jornais²⁴. Tal estranheza só mostra como muitas vezes estamos mais naturalizados com a realidade conceitual europeia do que com o conhecimento de nossas próprias sociedades.

A razão de tamanho paradoxo não está apenas no nosso “costume” de usar os conceitos dos europeus. Não está no fato de tomarmos, por vezes, tais conceitos como se fossem chaves-mestras do conhecimento que nós produzimos. Um argumento de resposta a tais perguntas está no fato de “somente “Europa” (...) é teoricamente (quer dizer, no nível das categorias fundamentais que dão forma ao pensamento histórico) conhecível; todas as demais histórias são questões de investigação empírica que encarna um esqueleto teórico que substancialmente é 'Europa'”. Esta proposição ficou evidente – afirma Chakrabarty – em uma conferência de Edmund Husserl que afirmava que

a diferença fundamental entre as “filosofias orientais” (mais especificamente, a indiana e a chinesa) e a “ciência greco-europeia” (ou, como acrescentava, “falando em sentido universal: a filosofia”) era a capacidade desta de produzir “percepções teóricas absolutas”, quer dizer, “*theoría*” (ciência universal), enquanto que aquelas conservavam um caráter “prático-universal” e, segundo ele, “mítico-religioso”. Estas filosofias “prático-universais” se dirigiam ao mundo de uma maneira “ingênua” e “direta”, enquanto que o mundo se apresentava ele mesmo ante a *theoría* como uma “temática”, o que tornava possível uma práxis “cujo fim é elevar a humanidade mediante a razão científico universal”.²⁵

Esta depreciação do pensamento não-ocidental ainda hoje faz parte do cotidiano acadêmico e político. Segundo esta ordem do discurso toda teoria deve derivar, direta ou indiretamente, da experiência europeia e das tradições filosóficas europeias. Caso contrário uma dada teoria (que assim não procedesse) perderia sua patente de *theoría* e cairia no campo das crendices, das

23 THOMPSON, op. cit., p. 150-202.

24 SOUSA, Erahsto Felício de. Autonomia do feireiro – uso da economia na emergência subalterna da feira-livre de Itabuna-Ba (1950-1957). In: Simpósio Nacional de História. **História e ética**: simpósios temáticos e resumos do XX Simpósio Nacional de História, Fortaleza, CE, 12 a 17 de julho de 2009. Fortaleza, 2009, p. 204.

25 Ibidem.

superstições.

Fora do universo da disciplina histórica sabemos como isto tem sido a causa de muitas depreciações das concepções de mundo de grupos subalternos. Este é bem o caso da história da repressão à cultura dos terreiros de orixás. Em Itabuna, sul da Bahia, na década de 1950 as práticas de cura realizada por filhos de santo eram comumente chamadas na imprensa de “charlatanismo médico”²⁶. Era evidente que os curadores não se diziam médicos e nem tinham consultórios para tratar, através da medicina moderna, de doenças, contudo termos como este rebaixavam as práticas curadores e o conhecimento daquele povo à meras crendices. Distinto de reconhecer a diferença entre o conhecimento da medicina moderna e o conhecimento de cura dos filhos de santo, a imprensa preferia tratar o terreiros como “nova fábrica de louco”²⁷. Os saberes dos terreiros invés de iluminas as consciências, diziam os jornais das classes hegemônicas, mais buscavam “iludir a boa fé dos incautos” e estes saberes, negado pelas pessoas sabias, era de muito “gosto das pessoas ignorantes e insensatas”²⁸. Estes preconceitos legitimaram durante muito tempo as represálias à terreiros e a exclusão dos filhos de santo a guetos de marginalismo que ainda hoje existem.

Quais conceitos ainda presos à esta lógica colonial ainda nos faz crer numa separação artificial e hierarquizadora entre o conhecimento moderno (a teoria) e os conhecimentos subalternizados (crendices)? Como dar um passo no nível da disciplina histórica para contribuir com a superação desta colonialidade em nosso próprio cotidiano?

Provincializar a Europa – superar uma prática, propor uma política

Esta colonialidade, conforme entendida por Chakrabarty, tem suas causas no fenômeno da modernidade. Sem negar a história enquanto disciplina e ciência, o historiador indiano mostra como esta disciplina foi (tem sido) convenientemente usada pelos processos imperialistas moderno. Algumas perguntas propostas para esta reflexão:

Por que a história é uma matéria obrigatória da educação da pessoa moderna em todos os países hoje em dia, incluindo aqueles que deixaram comodamente de fazê-los até o fim do século XVIII? Por que as crianças de todo o mundo hoje em dia devem lher dar com uma assinatura chamada “história”, quando sabemos que esta obrigatoriedade não é nem natural nem antiga?²⁹

Em outros termos: quais mecanismos de poder trouxeram a história como componente essencial das nações modernas e por quais razões?

Não é preciso muita imaginação para perceber que a razão disto esta no que o imperialismo europeu e os nacionalismos terceiro-mundistas tem feito juntos: a universalização do Estado-nação como a forma mais conveniente de comunidade política. Os Estados-nações

26 Arquivo Público Municipal de Itabuna – José Dantas (APMIJD). *Voz de Itabuna*, 26.01.1954, p. 01.

27 APMIJD. *Diário de Itabuna*, 14.12.1957, p. 06.

28 Ibidem, p. 06.

29 CHKABARTY, op. cit., p. 21.

têm capacidade para fazer cumprir seus jogos de verdade, e as universidades, apesar de sua distancia crítica, são parte do conjunto de instituições cúmplices deste processo. A “economia” e a “história” são as formas de conhecimento que correspondem às duas instituições mais importantes que o surgimento (e mais tarde universalização) da ordem burguesa tem dado ao mundo – o modo de produção capitalista e o Estado-nação (onde a “história” fala à figura do cidadão).³⁰

Esta ligação escamoteada entre história e Estado-nação deve emergir dentro do debate da teoria da história, deve figurar em meio às crítica que fazemos à nossa própria disciplina. Se observarmos nossa própria historiografia perceberíamos que os grandes autores clássicos, como Gilberto Freire, Caio Prado Júnior, Celso Furtado ou Sérgio Buarque de Holanda, se ocuparam de entender – através de diversos esquemas conceituais (muitos notadamente europeus) – os fundamentos da nação brasileira. Não se trata de negar o profundo avanço que a nossa história deu com as pesquisas destes intelectuais, embora seja também importante afirmar que a influência de suas obras também contribuíram para a formação e consolidação de uma identidade nacional. A questão, então, é entender que também precisamos criticar este pacto da história com a nação que visa mostrá-la como a única possível forma de solidariedade e agrupamento humano na modernidade.

Trazer à baila a questão da nação e da modernidade é chegar à uma crítica de como este regime de colonialidade na história tem fortalecido estes valores. E como para fortalecer valores oriundos de experiências imperialistas europeias, tivemos que formalizar nossa forma de fazer história em um padrão estabelecido pelos colonizadores. Categorias como “capital” e “pré-capital”, afirma Chakrabarty, marca estágios hierárquicos de sociedades, cujo cume é Europa³¹. Isto significa dizer que na história universal sempre estaremos no lugar subordinado, ou no campo pré-burguês ou pré-capital, ou subdesenvolvido ou Terceiro Mundo. Não precisamos para criticar esta hierarquização das histórias e das sociedades do mundo negar a dominação imperial, contudo onde se vê pré ou carência, deveria-se ver astúcia, diferença, distinção.

Precisamos refletir na contradição de encarnar o europeu e tomar suas premissas (direitos universais e igualdade, por exemplo) como universais.³² A proposta política de Chakrabarty é provincializar a Europa. Em uma entrevista ele afirmava que isto

significa que as ideias universalistas da modernidade vindas da Europa no período da ilustração, não eram mais que parcialmente universais; porque ao mesmo tempo, elas são também bastante provinciais. Essas ideias representavam, em consequência, certos recursos intelectuais que eram, simultaneamente, indispensáveis, mas também inadequados para captar os processos da modernidade e da modernização fora (e inclusive também, em certas ocasiões, dentro) da própria Europa.³³

A história como disciplina tornada obrigatória através da profusão do Estado-nação moderno

30 Ibidem, p. 21 e 22.

31 Ibidem, p. 04.

32 Ibidem, p. 08.

33 CHKRABARTY. Entrevista com Dipesh Chakrabarty. op. cit.

também estaria no bojo de ideias universalistas. Contudo de universal a história só teria a teoria, como componente que parecia não variar conforme o lugar. Ainda assim, o seu lugar universal continuava a ser uma entidade geográfica concreta chamada Ocidente ou Europa. Não se trata, neste projeto de provincializar a Europa, de recusar o universal – mais correto seria recusar que a necessidade de categorias gerais e universais só possa ser suprida pela Europa hiperreal.

Este projeto também visa mostrar que a violência tem um papel decisivo na organização e legitimação dos regimes de verdades como esta colonialidade teórica. “Se um língua, como se diz, não é nada mais do que um dialeto respaldado por um exército”, afirmar Chakrabarty, “o mesmo poderia se dizer das narrações da 'modernidade' que, atualmente quase de maneira universal, assinalam uma certa “Europa” como o habitat primário do moderno”³⁴. Nem a modernidade é obviamente Europeia, nem suas categorias ditas universais o são. Precisamos passar à uma prática historiográfica que corresponda à esta verdade

A violência tem sido uma ferramenta importante na vitória do moderno, tanto quanto as estratégias retóricas. Denunciar os esquemas coloniais que nos tornam dependentes dos esquemas conceituais europeus me parece elementar para passarmos à uma prática historiográfica que reconheça nos nossos envolvimentos culturais com nossa sociedade fundamentos de teorias para entendê-la. Esta prática não deve negar as influências externas, logo não é nem nativista, barrista ou coisa do gênero. Trata-se, contudo, de olhar para nossas experiências como possuidoras de uma rica e fortuita rede de significações teóricas. De passarmos de uma história engessada nos moldes europeus para uma história que vibre com diferença que construímos dentro da aceitação desta categoria universal chamada história. Trata-se de descolonizar a teoria. De elaborarmos necessárias reflexões sobre nossa forma de fazer história que tomem as experiências que pesquisamos como fundamentos da um emancipação conceitual.